

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Lula Marques/Agência Brasil



Paródia de Augusto Heleno ficou famosa

E “se gritar pega Centrão”,
como é que fica?

No período de transição entre a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 e sua posse, ficou famosa a frase do general Augusto Heleno em uma solenidade quando ele invocou Ary do Cavaco e Bebeto di São João, parodiando o refrão do samba que ficou famoso com Bezerra da Silva: “Se gritar pega Centrão, não fica um, meu irmão”. Mais tarde, quando bateu a realidade política, com o

então presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sentando-se em cima de mais de cem pedidos de impeachment, Bolsonaro tornou-se refém do Centrão. Durante a noite de quarta-feira (27), durante a discussão a respeito da PEC da Blindagem, parte da direita bolsonarista começou a refletir se não estava de novo virando de novo refém do Centrão, defendendo o grupo.

Benefícios

Afinal de contas, se a PEC viesse a ser aprovada, seus benefícios iriam para Bolsonaro no julgamento que está em curso? Ou somente beneficiariam futuros processos contra deputados e senadores? O que aconteceria se de novo gritassem “pega Centrão”?

Orçamento

No fundo, a blindagem que se pretende com essa PEC diz respeito mais exatamente à preocupação que há hoje no Congresso com relação às investigações de desvios com emendas ao orçamento, na ação relatada no STF pelo ministro Flávio Dino, com várias ações da PF.

Lula Marques/Agência Brasil



Sóstenes descomprometeu-se com a PEC

Direita chegou com discurso
de defesa da moralidade

Bolsonaro chegou ao poder surfando em um discurso de defesa da moralidade e de suposta intolerância com a corrupção. O apoio do grupo bolsonarista à PEC da Blindagem desmoraliza totalmente esse discurso. Por maior que seja a dificuldade, Bolsonaro tem conseguido manter sobre seus eleitores fiéis a

ideia de que é vítima de perseguição política. Tal ideia se transfere para as dezenas de políticos que hoje já estão sendo investigados por desvios no orçamento? A sociedade, que desconfia da classe política, compreenderia se qualquer operação policial sobre políticos precisasse ser precedida de autorização do Congresso?

Sóstenes

Na manhã de quinta-feira (28), o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), já dizia que a PEC da Blindagem já “não será mais prioridade” do partido, que vinha tomando a frente. “Se alguém quiser ficar à frente da proposta, seremos coadjuvantes”, completou ele.

Covardia

Sóstenes disse que alguns parlamentares preferem “se acovardar” em vez de aprovar algo que beneficiaria a todos. Mas, no fundo, ficou claro que o problema da falta de consenso foi a constatação por parte de muitos do imenso desgaste político que a PEC pode trazer.

Consenso

É verdade que também houve profunda falta de consenso a respeito do texto da Proposta de Emenda à Constituição. Falta de consenso que chegou a fazer o relator da proposta, Lafayette de Andrada (Republicanos-MG), ameaçar renunciar do cargo durante reunião.

Tempo

A discussão de alongava e o tempo passava na residência oficial do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Entrar com a votação pela madrugada significaria talvez não obter quórum para aprovar. Diante disso, a PEC definitivamente subiu no telhado.

Divergências devem adiar
PEC da Blindagem

Texto impede prisões de parlamentares sem aval do Congresso

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Lafayette teria ameaçado deixar a relatoria da PEC da Blindagem

Por Gabriela Gallo

Devido à falta de acordo entre parlamentares, o plenário da Câmara dos Deputados adiou a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3/2021 que determina mudanças no artigo da Constituição Federal que trata da imunidade parlamentar. Inicialmente estava prevista a votação da PEC na quarta-feira (27), mas o texto mal chegou a ser pautado na Ordem do Dia da Casa. A priori, a previsão é que a proposta seja votada na próxima semana, porém, especula-se a possibilidade de o texto ser jogado para debaixo do tapete.

Apelidado de “PEC das Prerrogativas” ou “PEC da Blindagem”, o projeto determina que a prisão em flagrante de deputados federais e senadores somente será permitida se estiver relacionada a crimes inafiançáveis listados na Constituição, como racismo e crimes hediondos – homicídio qualificado, latrocínio, extorsão mediante sequestro, estupro, feminicídio, dentre outros. Tirando o caso, os parlamentares somente poderiam ser presos após aval do próprio Congresso Nacional.

O tema foi discutido entre o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e os líderes da Casa antes de ir para o plenário. Porém, após um longo período de reunião, não se chegou a um acordo sobre o texto relatado pelo deputado federal Lafayette de Andrada (Republicanos-MG).

Nos bastidores, consulto-

res legislativos avaliaram que a proposta tem diversos trechos inconstitucionais e, portanto, a medida não poderia ser levada adiante. As críticas teriam sido mal avaliadas pelo relator, que teria ameaçado deixar a relatoria do projeto – mas a informação não foi confirmada.

A PEC

Apresentada pelo deputado federal Celso Sabino (União Brasil-PA), que atualmente é ministro do Turismo, a Proposta de Emenda à Constituição 3/2021 altera trechos da Constituição para reforçar as prerrogativas de deputados federais e senadores.

O texto foi apresentado diante da repercussão da prisão do ex-deputado federal Daniel Silveira – preso em flagrante

em 2021 após publicar um vídeo com críticas e ameaças aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), além de defender o Ato Institucional nº 5 (AI-5), período mais violento da ditadura militar. Na época, a PEC chegou a ser pautada em plenário, mas não avançou.

Ao Correio da Manhã, a advogada e especialista em Relações Governamentais da BMJ Consultores Associados Gabriela Santana detalhou as principais mudanças da proposta. “A PEC traz algumas inovações, estabelecendo que a inelegibilidade prevista em lei complementar só terá efeito após decisão confirmada em segunda instância; prisões de parlamentares só podem ocorrer em flagrante por crimes expressamente inafiançáveis

na Constituição; proibição de afastamento cautelar do mandato por juízes, sendo que a perda definitiva de mandato só podendo ser decidida pelo Congresso; quando envolver parlamentares, a autorização da busca e apreensão só pode ser feita apenas pelo Plenário do STF”, detalhou Santana para a reportagem.

Apoio

Nesta quinta-feira (28), o líder do Partido Liberal na Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante (RJ), informou que a proposta não será mais uma prioridade para o partido na Casa. Em entrevista coletiva, Sóstenes disse que não irá se esforçar se parte dos parlamentares acha “que fortalecer prerrogativa é um desserviço”.

AtlasIntel: popularidade de
Lula recua no mês de agosto

Joédson Alves/Agência Brasil



Depois de recuperação, popularidade de Lula piora

A aprovação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) registrou queda em agosto, interrompendo a tendência de alta observada nos meses anteriores. É o que mostra a mais recente pesquisa AtlasIntel em parceria com a Bloomberg, divulgada nesta quinta-feira (28). A desaprovação ao governo ultrapassou novamente a casa dos 50% e, pela primeira vez desde 2024, superou a aprovação com folga além da margem de erro.

Segundo o levantamento, 51% dos entrevistados desaprovam o desempenho de Lula, enquanto 47,9% aprovam. Já 1% afirmou não saber ou preferiu não opinar. A diferença indica um cenário de desgaste consolidado, após meses de oscilação e leve recuperação na popularidade do presidente.

Piora

A pesquisa também revelou uma piora na avaliação do terceiro mandato do petista: 51,2% consideram o governo ruim ou péssimo, frente a 43,7% que o avaliam como ótimo ou bom. Apenas 5,1% classificaram a gestão como regular.

Os índices mais críticos à administração federal estão concentrados em determinados segmentos da população. Homens (57,4%), pessoas com ensino médio completo (57,4%) e indivíduos entre 25 e 34 anos (56,2%) estão entre os que mais desaprovam o governo. Entre os evangélicos, a rejeição atinge 72,7%.

Na avaliação pessoal do presidente como liderança política, 48% disseram ter uma

imagem positiva de Lula, uma queda de três pontos percentuais em relação a julho. Já a imagem negativa subiu para 51%, ultrapassando a positiva pela primeira vez desde o final de 2024.

Economia

O cenário econômico tem se mostrado um dos principais fatores para a queda de popularidade. Para 53% dos brasileiros, a economia do país está em situação ruim, enquanto apenas 29% a consideram boa. Quando a pergunta se refere à economia doméstica, o sentimento também é predominantemente negativo: 38% acham a situação de suas famílias ruim, contra 33% que a classificam como boa. Em relação ao mercado de

trabalho, 44% dos entrevistados avaliam o cenário como negativo, ante 38% que enxergam de forma positiva.

A inflação segue como uma preocupação central. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 meses até julho foi de 5,23%. A previsão do Banco Central, via Boletim Focus, é de que o índice feche 2025 em 4,86%, acima da meta oficial de 3%.

Eleição presidencial

A pesquisa também traçou um cenário hipotético para a eleição presidencial de 2026. Se o pleito fosse realizado hoje, o ex-presidente Jair Bolsonaro

(PL) teria 45,4% das intenções de voto, contra 44,6% de Lula, configurando empate técnico dentro da margem de erro de um ponto percentual. O político Ciro Gomes aparece em terceiro lugar com 3,7%, seguido pela ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, com 1,8%. Brancos, nulos e indecisos somam pouco mais de 3% do eleitorado.

O movimento registrado em agosto inverte a tendência observada até julho: enquanto Lula vinha em trajetória de crescimento nas pesquisas anteriores, agora apresenta recuo. Já Bolsonaro mostra ligeira recuperação, passando de 44,2% para 45,4% em um mês.

O levantamento AtlasIntel/Bloomberg foi realizado entre os dias 20 e 25 de agosto de 2025, com 6.238 entrevistas online em todo o país. A margem de erro é de 1 ponto percentual, com nível de confiança de 95%.

Recorte temporal

Em entrevista ao Correio da Manhã, o cientista político André Rosa ressaltou que a pesquisa, independentemente do momento em que é realizada, representa um recorte temporal. “Diversos fatores influenciam as respostas de um entrevistado a um questionário, incluindo aspectos emocionais e eventos de curto prazo que ocorrem no cotidiano”, disse.

Consequentemente, pode haver variações nos resultados de pesquisas realizadas em diferentes momentos.